

PORTUGAL, UMA RETROSPECTIVA

1385

PORTUGAL, UMA RETROSPECTIVA N.º 19

1385

ANTÓNIO CASTRO HENRIQUES, IRIA GONÇALVES,
JUDITE FREITAS, MARIA DE LURDES ROSA,
MÁRIO FARELO E SAUL ANTÓNIO GOMES

DIRECÇÃO DE RUI TAVARES

PÚBLICO & TINTA-DA-CHINA | LISBOA MMXIX

Apesar de os editores desta colecção optarem pela norma ortográfica anterior ao Acordo Ortográfico de 1990, respeitou-se, em cada volume, a opção ortográfica dos respectivos autores.

© 2019, PÚBLICO Comunicação Social SA
e Edições tinta-da-china, Lda

PÚBLICO

Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tels: 210 111 357 | 93 268 0312
Email: coleccion@publico.pt
loja online: www.loja.publico.pt
www.publico.pt

TINTA-DA-CHINA

Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels: 21 726 90 28 | 29
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: Portugal, uma retrospectiva: 1385 (vol. 19)
Direcção: Rui Tavares
Autores: António Castro Henriques, Iria Gonçalves,
Judite Freitas, Maria de Lurdes Rosa, Mário Farelo
e Saul António Gomes
Revisão: GoodSpell
Assistência à coordenação científica: Maria Carla Araújo
Composição: Tinta-da-china
Imagens: página 29, ANTT (Gav. 13, mç. 10, n.º 12); página
54, AML-AH (Chancelaria Régia, Livro dos pregos, doc. 132,
fls. 138v-140); página 66, Wikimedia Commons; página
83, BNP (II. 72, fl. 448v); página 101, BNP (II.42, fl.5r)
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares), a partir
de iluminura representando o jantar de D. João I
com João de Gand, de Jean de Wavrin, Chronique
d'Angleterre (British Library – Royal 14 E. IV)

1.ª edição: Outubro de 2019

ISBN 5602227309529-000019
Depósito Legal 460896/19

O ano de 1385 marca nesta nossa coleção a entrada numa Idade Média que foi sempre um particular desafio historiográfico. Desde logo porque é difícil na nossa consciência coletiva conseguir identificar a Idade Média por entre a grande massa de «medievalismos», de imagens mais ou menos fantasiosas — umas em tom de admiração, outras em tom de «lenda negra» —, que sobre esta época a posteridade foi agregando. Por outro lado, 1385 ficará para sempre associado em Portugal à obra de Fernão Lopes, que marcou para sempre as análises historiográficas. Finalmente, a Idade Média é — talvez surpreendentemente para alguns, dada a imagem de conservadorismo e obscurantismo que lhe foi sendo atribuída pelos séculos vindouros — um terreno de enorme experimentalismo político, social e religioso. Nascem e crescem, ou morrem — e Portugal pode ter estado perto disso —, reinos e outras inúmeras formas de jurisdição política. Tentam encontrar-se formas de vivência conjunta para comunidades diversas sob uma mesma coroa. Recapitulam-se memórias dos impérios passados, sobretudo o romano, e reinventam-se formas de expansão novas, como as cruzadas.

Talvez por isso, é um feliz evento que os volumes do tríptico que nesta coleção se dedica à Baixa Idade Média — 1385, 1290 e 1179 — tenham sido escritos como obras colaborativas por vários historiadores, dando-lhes a visão poliédrica sem a qual é difícil começar a entender este fascinante período histórico.

Entre os anos de viragem da história de Portugal, 1385 reveste-se de um carácter especial. Ano de uma crise dinástica que poderia ter resultado na absorção do reino ou, como sucedeu, numa transição bem-sucedida (do nosso ponto de vista) para uma segunda dinastia portuguesa, 1385 foi encarado como desenlace de uma «revolução» (a de 1383-1385) na qual o povo, e em particular o povo urbano de Lisboa, emergiu como ator histórico, sobretudo pela pena genial de Fernão Lopes. Todavia, de tanto ser carregado com sentidos políticos e patrióticos ao longo dos séculos, perde-se do ano de 1385 a noção de que a sociedade portuguesa de então era radicalmente diversa da que viria a formar-se a partir de meados da segunda dinastia, para não falar da moderna.

Neste volume, Maria de Lurdes Rosa escreve sobre um reino em convulsão, um novo rei e uma batalha decisiva. Judite Freitas dedica-se às Cortes (re)fundadoras de Coimbra. Mário Farelo olha para a vida urbana de Lisboa a partir das suas procissões. António Castro Henriques descreve o «ano económico» de 1385. Saul António Gomes escreve sobre os judeus portugueses, essa «notável comunidade num tempo instável». E, finalmente, num texto especialíssimo, Iria Gonçalves reconstitui a vida de uma camponesa em terras senhoriais a que deu o nome de Maria Domingues. Nada de mais adequado para uma abordagem à Idade Média do que uma obra polifónica.

—RUI TAVARES

ÍNDICE

1	Um reino em convulsão, um novo rei, uma batalha decisiva... e a vida, que continua	11
	<i>O que é importante na história?</i>	11
	<i>Que caminhos de leitura se propõem?</i>	13
	<i>Como sabemos o que dizemos ao leitor?</i>	16
2	Coimbra: umas cortes (re)fundadoras?	20
	<i>Instituição parlamentar e mudanças políticas</i>	20
	<i>A questão da transmissão do poder: a ameaça da sucessão feminina</i>	22
	<i>Um momento de transe: da convocatória à legitimação das Cortes de 1385</i>	24
	<i>As cortes: uma assembleia de «estados»</i>	25
	<i>O documento capital: o momento da tomada de decisão política</i>	28
3	O «ano económico» de 1384-1385	35
	<i>O pão e os povos</i>	36
	<i>Terra e trabalho</i>	40
	<i>Bactérias e bolhão</i>	43
	<i>Conclusão</i>	48

4	As procissões de 1385 na «muy noble e sempre leal cidade de Lisboa»	49
	<i>Uma reunião camarária de emergência</i>	50
	<i>Purificar: a morigeração dos costumes e o reforço da devoção pública</i>	53
	<i>Propiciar: geografias de devoção, identidade e poder</i>	56
	<i>Agradecer, celebrar: a sacralização permanente do espaço municipal</i>	58
	<i>Concluindo: das procissões ao corpo político de uma capital</i>	62
5	Batalha(s): poder, consciência, religião e caminhos que se bifurcam	64
	<i>Fernão Lopes Lobo: alcançar e memorizar o poder</i>	67
	<i>Pedro Rodrigues de Moura: a «via mixta»</i>	70
	<i>Nuno Álvares Pereira: moralização do poder e poder da moral</i>	74
6	Uma notável comunidade num tempo instável: os judeus no Portugal de 1385	78
	<i>Um protagonista do outro lado: D. David Negro</i>	79
	<i>Os trilhos de Castela</i>	80
	<i>À cabeça da comunidade: os rabis-mores</i>	82
	<i>A comunidade na sua estratificação social</i>	85
	<i>Uma presença remota no território</i>	86
	<i>Da tolerância à crescente discriminação</i>	88
	<i>(Con)tributos para a nova história de Portugal</i>	91
7	Ouvindo Maria Domingues: uma vida de camponesa em terras senhoriais	93
	<i>A família</i>	93

<i>A casa</i>	95
<i>O trabalho</i>	98
<i>O senhor</i>	107
<i>O grande acontecimento</i>	109

Notas	111
Fontes e bibliografia	113
Notas biográficas	115

UM REINO EM CONVULSÃO, UM NOVO REI, UMA BATALHA DECISIVA... E A VIDA, QUE CONTINUA

O QUE É IMPORTANTE NA HISTÓRIA?

O ano de 1385 foi fértil em acontecimentos relevantes a nível político-militar: uma luta pela liderança do reino — que coincidia com a independência do mesmo em relação a um dos pretendentes... —, batalhas, largas movimentações de gente, decisões políticas e administrativas drásticas, mortandades, celebrações. Os anos que o antecederam e os que o seguiram foram igualmente agitados e convulsivos, de tal modo que, para referir o conjunto, termos como «crise», «revolta» (de vários matizes), «transe dinástico», «conjuntura extremamente negativa», foram povoando os livros de história, transmitindo a ideia de que tudo girava à volta de situações dessa natureza. Porém, a par e passo, a vida continuava, e pode com propriedade pensar-se que, para a maioria dos habitantes do reino, as notícias sobre o que se passava em Lisboa, Coimbra, no campo de batalha e noutros palcos principais dos grandes acontecimentos só tardiamente chegavam, e seriam percecionadas de formas muito variadas. Aliás, mesmo em leituras tão sofisticadas como a de Fernão Lopes, não se está perante uma narrativa de «processo histórico», mesmo se se trata de um texto oficial, encomendado pelos monarcas vencedores.

O desafio em construir uma leitura histórica de um ano carregado de significados políticos, tanto na época como em tempos

posteriores, é precisamente o de tentar não perder de vista os vários planos que acabámos de evocar. Procurando responder a esse objetivo, o volume de 1385 assumiu-se, desde a sua conceção, como uma construção historiográfica que se situasse como tal, identificando os seus pressupostos, afastando-se de modalidades demasiado narrativistas ou, no limite, do «foi assim que aconteceu». Por outro lado, teve-se especialmente em conta o incentivo dado pelo ideário da coleção, quanto a interrogar uma permanência secular do «mesmo Portugal», ao propor-se uma «história de Portugal». Tal permitiu desde logo sublinhar fortemente algo que pode parecer banal, mas que na verdade poucas vezes se explicita: a sociedade de 1385 não era uma antepassada retrospectiva da hodierna, ou seja, não podia pensar o que então acontecia como hoje em dia pensaríamos, e muito menos olhar para o presente a partir de um «futuro conhecido». E, para quem olha do presente, ela era profundamente diferente, comungando da alteridade que abrange o mundo anterior às revoluções liberais, organizado de modo diverso em relação àquele em que se começou a viver a partir de então.

Estes dois pontos de partida obrigaram a algumas opções de fundo. Em primeiro lugar, quis-se prestar uma redobrada atenção aos sentidos que se atribuíram aos sujeitos da história (em especial, patriotismo, interesse nacional, modernidade). Depois, procurou-se selecionar temporalidades diferentes, com alguma relativização dos «grandes acontecimentos». Não por gosto de relativismo histórico ou por rejeição gratuita de «marcos da história de Portugal» (aqui particularmente forte, dada a questão da independência), mas por convicção de que uma perceção global do passado implica uma visão integrada dos diferentes tempos, seus agentes e sua transmissão histórica. A vida de facto «continuava» por todo o reino, e não parou no momento das Cortes de Coimbra (poder-se-ia lembrar aqui,

com alguma ironia, que as cortes não foram transmitidas em direto, tal como a zona de Aljubarrota não esteve cheia de repórteres de guerra). Em terceiro lugar, apostou-se numa leitura cruzada, a partir de vários aspetos: político-constitucionais, económicos, identitários, culturais, religiosos e plurais. Tentou-se, porém, adicionalmente, não cometer o anacronismo de separar de forma estanque estes campos: na cultura interfere o poder político, na economia os considerandos morais e religiosos criam determinados limites e incentivos, a religião é poder e confronta-se com o poder, a minoria religiosa judaica é em si diversificada e complexa, e até o mundo dos mais subalternos de todos — as mulheres, e camponesas — tem estruturas que permitem a resistência, ainda que em constante luta. Por fim, ensaiaram-se formas de apresentação dos resultados para além da exposição histórica convencional; tal pretendeu em primeiro lugar oferecer ao público não especializado exemplos de escrita histórica que já é praticada por historiadores, sem ser confundível com romances históricos; e, em segundo lugar, sempre dentro de uma postura de ofício, alcançar e transmitir temas e problemas que uma redação mais convencional não permite facilmente tratar.

QUE CAMINHOS DE LEITURA SE PROPÕEM?

As temporalidades políticas foram tratadas no texto de Judite Freitas e no de Mário Farelo, dedicando-se o primeiro às Cortes de Coimbra, nas quais o Mestre de Avis é alçado rei, e o segundo à forma como a corporação municipal lisboeta implementou decisivamente o apoio ao novo dirigente, ao mesmo tempo que fortalecia a sua identidade como corpo político. Judite Freitas demonstra que tipo de assembleia eram

as cortes medievais, como é anacrónico ver nelas uma assembleia representativa do «povo português» e como, em 1385, em Coimbra — à semelhança do que se passou em toda a Europa, tanto nos reinos civis como na Igreja —, houve uma tentativa de conferir maior peso político a este tipo de assembleia; num segundo momento, descreve os argumentos em presença na discussão que conduziu o Mestre de Avis ao trono, que passaram, evidentemente, pela legitimidade dinástica, como não poderia deixar de ser no contexto político e mental da época. O texto de Mário Farello revela nova imbricação de planos: o município de Lisboa apoia o novo rei, no momento da batalha decisiva, de uma forma que seria incompreensível segundo os parâmetros atuais: rezando, promovendo medidas de morigeração dos costumes, propiciando os patronos celestes. Após a vitória, promulga um conjunto de procissões cruzando locais significativos do poder da cidade — a vereação e seus aliados, nomeadamente os mendicantes, o bispo e o rei. Sacralizando assim o espaço urbano, está de facto a reforçar a identidade e o poder do corpo político municipal.

As forças económicas são estudadas por António Castro Henriques, que começa por esclarecer que, naquela época, o ano económico não correspondia ao ano civil de 1385, antes ia do São João de 1384 ao de 1385 e deste ao São João de 1386. Este pormenor permite a aproximação a um mundo onde os ritmos agrícolas desafiavam mercados e instituições, que operavam segundo balizas religiosas e cívicas definidas. Nesse ano, indiferentes à sorte do reino que se joga numa batalha, as transformações nos setores produtivos, a quebra demográfica e as tendências descontraçadas nos preços dos bens criavam uma realidade económica complexa que as interrogações e as ferramentas da história económica procuram tornar inteligível e comparável.

É possível «escapar» à Batalha de Aljubarrota, enquanto evento bélico, num estudo sobre o ano em que ela ocorre? Sim, em parte porque há excelentes textos sobre todos os seus aspetos militares, que dispensam nova síntese; e sim, de novo, em parte porque a guerra, na época, se era técnica, era muito mais do que isso. Pode-se, portanto, evocar um conjunto mais alargado de questões, que o acento na primeira questão tem com frequência elidido. O texto de Maria de Lurdes Rosa observa as vidas de três combatentes e analisa o modo como um acontecimento disruptivo deste tipo as modifica, levando os seus protagonistas a pensar na relação entre violência, poder, consciência e salvação — tabuleiros em que se jogaram importantes partidas do xadrez dos séculos XIV e XV. Ao selecionar personagens vindas de estratos diferentes das elites — concelhia/urbana, aristocracia de raízes antigas, membros mais jovens das famílias tradicionais —, tentou-se também, mesmo se de forma breve, equacionar a base sociológica do apoio ao Mestre de Avis, tema central na renovação da historiografia medievalística sobre a «Crise», a que adiante se aludirá.

Uma igual reconsideração complexa de uma presença injustamente esquecida em muitas «histórias de Portugal» é proposta no texto de Saul Gomes, dedicado à comunidade judaica. Esta é reconstituída na sua multifacetada realidade, com organização política própria, clivagens sociais e económicas várias, riqueza e poder cultural; mas englobada na sociedade do reino, e como ela tendo apresentado posições variadas face aos partidos em presença, o da rainha e o do mestre. O texto sintetiza um conjunto de estudos de grande relevo sobre esta «minoria religiosa», em que o autor é especialista, realizados na universidade portuguesa desde a década de 1980, mas sem grande difusão fora desta, a julgar pela continuidade de visões erróneas sobre os judeus no Portugal tardo-medieval.

Por fim, é com orgulho que se inclui, a fechar do melhor modo este volume, o texto de uma das maiores medievalistas portuguesas, tão inovadora quanto discreta e reservada. Iria Gonçalves foi professora de todos os outros autores, e o seu espírito de historiadora tem um entusiasmo juvenil, desbravador, criativo, pioneiro. É ela quem cria «Maria Domingues», uma figura-tipo, um ideal, construída a partir de um seguríssimo elenco de fontes. Mulher, camponesa, Maria Domingues nasceu e cresceu em terras de Alcobaça, e conta-nos aqui a sua vida, quase sempre igual, do berço à cova. Neste ano de 1385, porém, é brindada com um «grande acontecimento»: uma batalha ao pé da porta, a qual o seu irmão lhe reporta diretamente, e em que participou o senhor em cujas terras trabalha. Depois regressa à sua vida rotineira, que, tal como a de quase toda a população, continua. Podemos assim ouvir uma voz inusual, contada por outra voz igualmente inusual: ao passo que as escassas abordagens historiográficas das classes desfavorecidas se têm focam exclusivamente nos homens, e têm sido contadas por homens letrados — dos eclesiásticos aos historiadores —, desta vez é uma historiadora que conta a história de uma mulher comum, a cuja existência seria improvável prestarmos a devida atenção.

COMO SABEMOS O QUE DIZEMOS AO LEITOR?

Marc Bloch, um dos grandes fundadores da historiografia moderna, aberta e plural, infelizmente falecido precocemente às mãos do poder nazi, escreveu, no seu apaixonante livro *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien* (em português, *Introdução à história*):

Qualquer livro de história digno desse nome deveria incluir um capítulo — ou, se se preferir, um conjunto de parágrafos inseridos nos pontos-chave do desenvolvimento — que se poderia intitular: «Como pude eu saber o que vos vou contar?»

Este conselho deve ser encarado bem para além da «metodologia», e ainda mais da legitimação disciplinar: na verdade, explicar isto ao leitor deve ser encarado como um dever ético do historiador. Pretende-se assim, como se disse no início, explicitar os termos daquilo que é uma interpretação, uma construção; e propor leituras historiográficas que, mesmo se o mais fundamentadas possível nas fontes, nunca são feitas apenas com elas.

No caso de 1385, isto é particularmente importante. Logo passados poucos anos dos grandes acontecimentos do ano, estes sofreram interpretações por parte de grupos com poder para influenciar o presente e o futuro. Já referimos que Fernão Lopes, com toda a sua genialidade e capacidade de construir um relato muito para além da mera crónica, escreveu por encomenda da dinastia vitoriosa. E, se aquelas características conferiram força e perenidade ao texto, este, por fascinante e empolgante que seja, não é um relato jornalístico, e muito menos o guião de uma bela revolução. É uma profunda releitura do passado ao serviço de um poder novo. Daí em diante, esse momento, no qual se confrontaram dois reinos que historicamente sempre tentaram exercer hegemonia um sobre o outro, e que acabaram por nunca se fundir de forma duradoura, será recriado em todos os transes políticos afins. Em tempos recentes, desde que 1385 entrou no âmbito da historiografia profissional, se bem que receba tratamentos mais contidos, a historicidade do momento nunca abandona totalmente a reflexão sobre ele. Para referir apenas as interpretações mais recentes, o sentido que foi conferido a 1385 oscilou, da historiografia do Estado Novo à de

inspiração marxista dos anos 70, entre o grande momento patriótico e de consciência nacional, o acontecimento constitucional e a revolução popular-burguesa (conforme as nuances). Ambas as leituras associam teleologicamente aquele momento histórico ao «grande feito português» que são os «descobrimientos», ou «expansão marítima» (mais uma vez, a utilização de um termo ou do outro depende dos pontos de vista).

Se se considera importante lembrar estes contextos, não menos é claro que a bibliografia utilizada pelos autores do livro remete na sua maioria para uma fase mais recente e profissional da historiografia portuguesa — aquela que se tem chamado de «historiografia em liberdade», ou seja, posterior à revolução de abril de 1974. Com efeito, a abertura universitária que aí se verificou, bem como o posterior alargamento da investigação fizeram nascer um conjunto de trabalhos que estão na raiz dos textos deste livro. Se nem todos estão citados, por contingências de espaço, devem referir-se entre os autores mais relevantes, no que a 1385 e arredores diz respeito, António Borges Coelho, Maria José Ferro, José Mattoso, Fátima Regina Fernandes, Rita Costa Gomes, João Gouveia Monteiro, Maria Helena Coelho, A.H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves, Armando Carvalho Homem, Armindo de Sousa. Os livros citados remetem para esta plêiade de historiadores, uma geração que renovou profundamente a historiografia sobre o Portugal medieval.

Em termos de fontes, Fernão Lopes continua a ser central, e a mais recente analítica sobre o trabalho do grande cronista tem-se esforçado por contextualizar o nascimento desta empreitada cronística; encontramos um cronista posterior, Gomes Eanes de Zurara, que escreve, em continuidade com Lopes, a *Crónica da tomada de Ceuta*, com muita informação portanto sobre o reinado joanino. Os leitores verão ainda citados documentos da Torre do Tombo, nomeadamente do arquivo do Mos-

teiro de Alcobaça (fonte de muitos dados para a história agrária, entre outras); o «auto de aclamação de D. João I», conservado na coleção «Gavetas»; documentos das chancelarias régias, ou seja, dos livros de registo dos atos oficiais da administração da coroa. Foram também utilizadas fontes legislativas coevas, tanto régias — as *Ordenações afonsinas* —, como municipais — os «Estatutos» de Lisboa de 1385, transcritos no chamado *Livro dos pregos*, constante do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa. Muitas outras estão subsumidas na bibliografia mais específica de cada texto, a qual deve ser consultada em caso de aprofundamento. A estes tipos de fontes devemos acrescentar as compilações de dados efetuadas pelos historiadores com o contributo essencial do financiamento público, como os dados do projeto PWR — «Prices, Wages and Rents in Portugal 1300-1910», estes consultáveis *online* (<http://pwr-portugal.ics.ul.pt>).

NOTAS BIOGRÁFICAS

ANTÓNIO CASTRO HENRIQUES (Lisboa, 1976) é docente na Faculdade de Economia da Universidade do Porto desde 2009. Doutorou-se em História pela Universidade de York em 2008. Tem-se especializado no crescimento económico de longo prazo e em história fiscal e financeira, áreas em que publica os seus principais trabalhos.

IRIA GONÇALVES (Lisboa, 1933) doutorou-se em História Medieval pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, onde leccionou até à sua jubilação. É especialista em organização do espaço, alimentação, antropónimo e fiscalidade. Escreveu *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV* e *À mesa nas terras de Alcobaça em finais da Idade Média*, entre outras publicações.

JUDITE GONÇALVES DE FREITAS (Cinfães, 1964) é professora catedrática da Universidade Fernando Pessoa. Fez agregação em História na Universidade do Porto e doutorou-se em Ciência Política na UNOVA. É investigadora do IPRI/UNOVA e do CEPESE/UP, onde coordena o grupo de investigação «Portugal na Europa e no mundo: migrações e relações externas».

MARIA DE LURDES ROSA (Barreiro, 1965) é doutorada em História Medieval pela École des Hautes Études en Sciences Sociales/UNL e docente no Departamento de História da FCSH/ UNL. As suas áreas de estudo são a história cultural e das mentalidades medieval e a arquivística histórica. Em 2018, recebeu uma «Consolidator Grant» do European Research Council.

MÁRIO FARELO (Lisboa, 1975) doutorou-se em História Medieval na Universidade de Lisboa (2009). É investigador contratado do projecto VINCULUM. Membro integrado no Instituto de Estudos Medievais, investiga a história da Lisboa medieval, assim como a história eclesiástica, urbana, diplomática e cultural do reino de Portugal na Idade Média.

SAUL ANTÓNIO GOMES (Leiria, 1963) é docente no Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde se doutorou. Tem uma vasta obra de investigação sobre temáticas em torno da história religiosa medieval e moderna, das minorias sociais e das vilas e cidades da região centro do país.

portugal, uma retrospectiva

1385

foi impresso na SIG,
Sociedade Industrial Gráfica,
no mês de Setembro
de 2019.